



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ
ADVOGADO DO MUNICÍPIO

Projeto de Lei Ordinária nº 70...../2021

“DISPÕE SOBRE A DOAÇÃO DE IMÓVEL URBANO À EMPRESA D. M. MENDES INDÚSTRIA E COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO – EPP”.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Guaporé-RO, no uso das atribuições lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a desafetar e **DOAR** à empresa **D. M. MENDES INDÚSTRIA E COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO – EPP**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 18.336.608/0001-57, o imóvel urbano denominado lotes: 5547; 5548; 5549; 5550; 5551; 5552; 5553; 5554 e 5555, de inscrições cadastrais nºs. 05.068.016.00; 05.068.017.00; 05.068.018.00; 05.068.019.00; 05.068.020.00; 05.068.021.00; 05.068.022.00; 05.068.023.00; 05.068.024.00, localizado na Rua Dom Pedro I, esquina com a Rua João Goulart, medindo 3.600m² (três mil e seiscentos metros quadrados), nesta cidade de São Francisco do Guaporé - RO.

Parágrafo único - O imóvel de que trata o artigo 1º destina-se à construção e instalação de uma indústria de alimentos, especialmente voltada a produção de carnes e derivados(bovinos, suínos, aves e etc..)

Art. 2º. A empresa beneficiada por esta Lei não poderá, no prazo de 8(oito) anos, doar, a qualquer título, gratuito ou oneroso, bem como alterar o ramo de atividades ou interromper permanentemente suas atividades, conforme descrito no parágrafo único do art. 1º, sob pena de caducidade da doação e reversão do terreno, com todas as benfeitorias que nele existirem, ao Patrimônio Municipal, sem qualquer ônus para o Município.

Paragrafo Primeiro: No caso de venda ou transferência do imóvel, a empresa sucessora obriga-se a cumprir todas as exigências contidas nesta lei, pelo prazo acima estipulado.

Paragrafo segundo: A empresa beneficiada, poderá suspender suas atividades para adequação a legislação vigente ou estrutural, pelo prazo razoável e devidamente justificada ao doador, sendo que o prazo da suspensão será acrescido ao tempo determinado no art. 2, desta lei.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ
ADVOGADO DO MUNICÍPIO

Art. 3º. O terreno de que trata esta Lei reverterá ao Patrimônio Municipal, nas condições estabelecidas no artigo anterior, uma vez extinta a empresa ou sua sucessora, antes do término do prazo estabelecido no art.2º desta lei.

Art. 4º. A construção e instalação da empresa deverá ser realizada em até 16 (dezesesseis) meses, contados a partir da sanção e publicação da presente lei.

§1º. A título de compensação social, mediante decreto regulamentar, deverá a empresa ceder a título gratuito a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo e a Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social, conforme avaliação, o equivalente a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) em alimentos por ela industrializados, que serão entregues no prazo de até 08 (oito) anos, a partir da publicação da presente lei.

Art. 5º - Fica autorizado a dispensa da licitação, por tratar-se de atividade de interesse público, nos termos do art. 17 §4º, nos termos e razões constantes no processo administrativo nº852/2021.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal nº1.863/2021.

Edifício-Sede do Poder Executivo Municipal de São Francisco do Guaporé/RO,
19 de julho de 2021.

Alcino Bilac Machado

Prefeito Municipal